

DEMOCRACIA, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO VELHO E NOVO

MUNDO: desafios para o século XXI

Almerindo Janela Gonçalves Afonso¹
Ilse Gomes Silva²
Joana A. Coutinho³
Eliel Ribeiro Machado⁴

RESUMO

Analisaremos, ressaltando a natureza de classe, os aspectos políticos e ideológicos típicos de algumas democracias europeias e latino-americanas e os desafios dos sujeitos sociais em luta contra os processos estruturais do capitalismo, geradores de exploração e desigualdades sociais. Destacamos em Portugal o desenvolvimento das políticas públicas, sobretudo após a revolução democrática de Abril de 1974 até ao momento atual, dando particular relevo à Educação. Na América Latina, trazemos as lutas sociais do proletariado em confronto com as ambigüidades da democracia burguesa. No Brasil, discutiremos as relações entre os movimentos sociais, as Ongs, as políticas públicas e os rebatimentos na democracia.

Palavras chave: democracia, políticas públicas, neoliberalismo, movimentos sociais.

ABSTRACT

We will analyse, standing out the nature of class, the typical ideological politicians aspects and of some European and Latin American democracies and the challenges of the social citizens in struggle against the structural processes of the capitalism, generators of exploration and social inequalities. We detach in Portugal the development of the public policies, over all after the democratic revolution of April of 1974 until the o current moment, giving particular relief to the Education. In Latin America, we bring the social struggles of the proletariat in confrontation with the ambiguities of the bourgeois democracy. In Brazil, we will argue the relations between the social movements, the Ongs, the public policies and the strikings in the democracy.

Keywords: democracy, public policies, social movements, neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

Brasil, 23 de março de 2007, o artista popular Gerô, confundido com um ladrão, é torturado até a morte por policiais militares. Gerô é negro e pobre. Indiscriminadamente a polícia atira para matar em manifestações dos movimentos sociais ou em “cidadãos” indefesos, suspeitos por serem pobres e negros. Até junho de 2006 existiam

¹ Doutor - Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho - Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Campus Galtar.

² Doutora - Dep. Sociologia e Antropologia - Universidade Federal do Maranhão.

³ Doutor - Dep. Sociologia e Antropologia -Universidade Federal do Maranhão .

⁴ Doutor - Dep. Ciências Sociais - Universidade Estadual de Londrina .

mais de 700 mil mandatos de segurança apresentados contra integrantes de movimentos sociais no Brasil. Milhares de militantes são ameaçados, perseguidos, presos e assassinados por cometerem um único "crime": provarem com o seu trabalho a completa incompetência do Estado na garantia de direitos fundamentais do ser humano garantidos por leis internas e convenções internacionais (*Carta Maior*, 2006).

Na luta pela posse da terra a situação é mais dramática. Segundo dados do *Conflitos no Campo 2005*, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 1996 a 2005 ocorreram 8901 conflitos de terras, sendo assassinados 378 trabalhadores em lutas por terras.

Na América Latina, as ações do imperialismo norte americano atingem os mais elementares direitos humanos e a soberania dos demais Estados-nação. O México é exemplar. Recentemente, em Oaxaca, o governo de Ulisses Ruiz, eleito de forma fraudulenta em 2005 e filiado ao Partido Revolucionário Institucional (PRI) reage a greve de 70 mil professores, com a forte repressão. A ação militar do dia 14 de junho de 2006 resultou em 92 feridos.

Na Europa, as mais antigas democracias do mundo colaboram direta ou indiretamente com os Estados Unidos na sua política terrorista. Colaboram com o desrespeito aos direitos humanos, permitindo que em seus aeroportos pousem aviões da Central de Inteligência dos Estados Unidos -CIA com indivíduos presos ilegalmente e transportados para campos de concentração, como a base militar de Guantánamo/Cuba.

Infelizmente esses não são os únicos fatos de desrespeito aos direitos humanos. A democracia burguesa no mundo entra em crise e mostra suas contradições. Glorificada pelo Ocidente como consequência do liberalismo, criou-se o mito da identificação entre o livre mercado e a democracia. Embora a ideologia dominante realce esse discurso, as diversas lutas sociais nos mais variados recantos do mundo escancaram os limites da democracia em uma sociedade capitalista.

O apelo ideológico pode ser confrontado com as práticas autoritárias dos governos democráticos. Em todo o "mundo democrático" quanto maior a resistência dos trabalhadores, maior a repressão, maior o autoritarismo e maior o apelo à garantia das instituições.

2 DEMOCRACIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO EM PORTUGAL (1974-2007)

Com a revolução de Abril de 1974 (*a revolução dos Cravos*) as concepções de cidadania expandem-se e os processos de emancipação social ganham uma nova centralidade no contexto de uma democracia nascente e participativa. Neste contexto, a luta dos movimentos sociais põe em causa a continuidade do capitalismo na sociedade

portuguesa, e as políticas públicas expandiram-se de uma forma extraordinária em desconexão (conjuntural) com o processo de acumulação. Com a irrupção das *energias utópicas* e transformadoras, a sociedade civil foi revitalizada e remobilizada através do impulso de novos movimentos sociais que, entre muitos outros aspectos, deram um novo conteúdo a lutas sociais e processos emancipatórios e marcaram a reivindicação relativamente sincrónica (e a posterior consagração) de diferentes gerações de direitos. As mudanças que «Abril» provocou levaram a assumir a Educação, já não como um instrumento de legitimação da ordem social, ou espaço de socialização elitista e autoritária à mercê dos interesses dominantes, mas como um direito humano básico e universal.

Passado o «período revolucionário» e aprovada uma nova Constituição da República Portuguesa (CRP, 1976), que pretendia “abrir caminho para uma sociedade socialista”, os tempos que se seguiram, bem ao contrário, acabaram por levar à construção de uma democracia capitalista. Um Estado capitalista democrático (tendencialmente *normalizado*) estava agora (em meados de 1985) a um passo de ser definitivamente consolidado.

Se é verdade que, sobretudo ao nível das decisões macroeconómicas, o governo de então deu passos largos e inequívocos para acertar o ritmo pelo diapasão neoliberal — iniciando as privatizações, fragilizando os direitos associados ao trabalho, defendendo com insistência a ideia de “menos Estado e melhor Estado”, e apelando compensatoriamente à “vitalidade da sociedade civil” —, também é verdade que outras políticas públicas foram definidas em contra-ciclo. No caso específico das políticas públicas para a educação, por exemplo, as contradições sinalizadas traduziram-se no que tenho designado por *neoliberalismo educacional mitigado* (Afonso, 1997; 1998), na medida em que se afastaram muito, em alguns casos, das opções mais expressivas das políticas da *Nova Direita*.

Depois de uma década de governação sustentada pelo Partido Social-democrata, seguem-se aproximadamente seis anos de governação apoiada pelo Partido Socialista (1995-2002). É, no entanto, necessário ter algum cuidado teórico e metodológico para evitar transposições mecânicas entre eventuais proximidades de orientação assumidas, neste mesmo período, pelos governos apoiados pelo Partido Socialista e as que foram assumidas por aqueles outros governos. No que diz respeito às políticas públicas, elas terão sido marcadas pela “ideologia da inclusão” que se manifestou, por exemplo, na área social, pela criação do Rendimento Mínimo Garantido destinado às populações mais vulnerabilizadas em termos económicos e, na área da educação, pela criação dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.

Alguns autores observam que os *territórios educativos* não podem deixar de ser vistos como “uma medida vinda da administração central”, embora nela se pressuponha um

novo protagonismo para a comunidade. Neste sentido, é uma medida de política educativa que contém algumas ambiguidades e contradições próprias do processo de redefinição das funções do Estado, em transição de Estado-provedor para Estado-regulador (cf. Stoer & Rodrigues, 1999). Em comparação com o período imediatamente anterior, as políticas educativas foram evoluindo no sentido de substituir a *ideologia da modernização* por uma outra ideologia igualmente eficaz: a *ideologia da inclusão* (cf. Correia, 1999).

Por comparação com alguns países centrais, mas de uma forma muito tardia e meteórica, surgiu em Portugal, entre 2002 e 2005, uma coligação política idêntica à Nova Direita, composta pelos governos sustentados pelos Partido Social-democrata e pelo Partido Popular. A expressão desta coligação em termos de política educativa consubstanciou-se essencialmente na defesa de uma maior privatização da educação e promoção da liberdade de escolha educacional, na indução e valorização dos *rankings* das escolas e na consequente culpabilização dos professores pelos resultados dos alunos.

Ainda é um pouco precoce estar a caracterizar, de forma sociologicamente sustentada, as políticas públicas actuais. Todavia, uma das possibilidades é a que acentua o contraste evidente entre a ideologia do Partido Socialista (supostamente mais estatista) e as políticas de redução do papel do Estado, marcadamente neoliberais e economicista. A reforma do Estado e da Administração Pública estão a introduzir alterações profundas na redefinição dos respectivos papéis e funções e, por exemplo, nos diferentes sectores das políticas públicas, há uma introdução inequívoca de mecanismos de mercado e de privatização, acompanhada pela redução acentuada de investimentos públicos.

3 DEMOCRACIA, NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

A despeito do carácter ambíguo das democracias burguesas, principalmente em países de capitalismo dependente, o proletariado latino-americano ao mesmo tempo em que tem um espaço de luta política importante, depara-se com limites intrínsecos a elas. Estes limites causam uma espécie de desconforto político-ideológico às classes populares que, organizadas em movimentos sócio-políticos, lutam por transformação social, mas vêem suas reivindicações frustradas pelo Estado que, além de não atendê-las, prioriza as do grande capital (local, internacional e associado). É esta relação que nos interessa debater sob os regimes democráticos da região.

Com isso, almejamos apenas tracejar algumas questões que envolvem as lutas e resistências das classes populares latino-americanas. Organizadas política e ideologicamente em movimentos sociais, têm uma composição social ampla e heterogênea, constituída principalmente por desempregados, subempregados e empregados das cidades

e do campo; mas, também, assumem características diferentes dos tradicionais movimentos operários, pois alguns mesclam outros elementos que vão além da relação direta capital/trabalho. Suas condições sociais de existência incluem, por exemplo, dramas étnicos que adquirem forte visibilidade e tematização política. Nesse sentido, poderíamos citar, entre outros, o movimento zapatista mexicano: constitui-se, primordialmente, de índios – de várias etnias – subempregados ou desempregados. Isto nos obriga a pensar os limites e alcances das lutas populares que se desenvolvem hoje na América Latina em um prisma diferenciado dos movimentos operários tradicionais.

O quadro político, ideológico e social latino-americano nos leva a procurar entender que o atual processo de luta das classes populares não tem alcançado vitórias políticas significativas, uma vez que não tem conseguido questionar, de maneira mais decisiva, a hegemonia política do bloco no poder, ou seja, do capital financeiro (internacional, nacional e associado). No Brasil, pelo menos, este continua a atuar livremente e os embates das classes populares têm sido insuficientes para colocar em xeque a hegemonia do capital financeiro e, menos ainda, não têm provocado nenhuma aliança de classe consistente com setores próximos do ponto de vista político e ideológico.

À exceção da Venezuela – e talvez mais recentemente da Bolívia, com a eleição de Evo Morales –, os governos eleitos e/ou reeleitos, via sufrágio universal, têm sido respaldados popularmente na aplicação de políticas de Estado liberalizantes em detrimento daquelas cujos interesses contrariam os do capital. Por sua vez, os setores que vinham desempenhando um papel mais combativo dessas políticas, como é o caso dos sem-terra no Brasil, parece que refluíram com a eleição do governo Lula (2002-2006), diminuíram suas ações políticas e “enrolaram” suas bandeiras vermelhas. O mesmo pode ser observado com os movimentos piqueteiros, na Argentina: desde a eleição de Kirchner, em 2003, “perderam” a combatividade dos tempos de Menem. Se naquela época não se traduziam em movimentos de amplitude nacional, com o refluxo relativamente recente, as chances diminuíram ainda mais.

Ponderamos, entretanto, que este refluxo não deve ser debitado numa possível amenização das políticas liberalizantes, mas, ao contrário, tem-se notado uma intensificação delas: a barbárie neoliberal avança sobre todos os poros sociais ao mercantilizar os mais variados aspectos da vida social latino-americana.

O neoliberalismo não tem se mostrado muito simpático à promoção e/ou ampliação das bases sociais da democracia. Ao contrário, seus interesses têm sido atendidos, pelos governos eleitos, através de práticas políticas discricionárias. Dito de outro modo: apesar da persistência dos pleitos eleitorais, os governos eleitos, em geral, têm tratado as reivindicações populares como “casos de polícia”. No final dos anos 1970, Poulantzas já apontava para a tendência das democracias burguesas caminharem em

direção a um autoritarismo de novo tipo, o “estatismo autoritário”, no qual se mantém em vigência as regras eleitorais (sufrágio, eleições regulares), mas, por outro lado, sufoca-se os mecanismos democráticos decisórios, como o Parlamento. Isso resulta num verdadeiro processo de *criminalização da utopia*.

Articuladas ao “estatismo autoritário”, as democracias latino-americanas atendem satisfatoriamente aos interesses do capital monopolista e oligopolista. Portanto, as possibilidades de as classes populares desnudarem o verdadeiro significado da democracia na América Latina estão colocadas: aproveitando-nos das contribuições de Marx n’O 18 *Brumário*, o mesmo sufrágio que significou um avanço na luta do proletariado francês, se voltou contra ele com a eleição de Luís Bonaparte. Ou seja: se os movimentos anti-sistêmicos querem pautar suas ações políticas com vistas à transformação social, devem estar atentos àqueles limites e lutar para a ampliação, organização e politização de suas bases sociais, algo que o Estado burguês sempre procurará frustrar.

4 DEMOCRACIA, ONGS, E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Nas décadas de 1960/70 pulularam centros de “educação popular” e de assessorias a movimentos sociais com ênfase na “conscientização” e “transformação social”. A “educação popular”, fundamentada no método de Paulo Freire, era utilizada no sentido organizativo-conscientizador, e palavras de ordem como “democracia de base” e “autonomia” constituíam o eixo de seu repertório. Pequenos grupos, já existentes, abandonaram práticas assistenciais-filantrópicas e outros foram criados para incentivar a “organização popular” (DOIMO, 1995, p.129, 130).

Neste período, por exemplo, foram criados o Centro Pastoral Vergueiro (CPV), em São Paulo “com o objetivo de resgatar a memória de lutas e iniciativas populares, organizando-se aí um arquivo para subsidiar os movimentos que surgissem” (Sader, 1988:148) e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI): “voltado para a reconstrução das lutas operárias na região do ABC, com o objetivo de colaborar na construção de um novo sujeito político histórico” (Sader, 1988 142; 52).

A atuação da Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sob o enfoque da Teologia da Libertação de colocar o povo como “sujeito” da história norteou as diretrizes dos trabalhos de formação e, muitas vezes, intermediou a relação das ONGs internacionais com “os centros de assessoria” brasileiros. Com a Teologia da Libertação a aliança entre a Igreja, o Estado e as classes dominantes foi desafiada.

A experiência das CEBs com a organização de seus grupos de base, privilegiando a atuação nos bairros, nos locais de moradia, e acompanhando a divisão da

Igreja (paróquias, dioceses, etc.) promoveu uma qualidade nova aos movimentos sociais e políticos que alimentou/encorajou a auto-organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, de retórica eleitoral e do paternalismo estatal (Löwy, 2000). Esses movimentos marcaram uma ruptura com o modo tradicional de fazer política: eram menos centralizadores e enfatizavam a participação democrática das suas bases. O mesmo ocorreu no campo sindical.

O atrelamento dos sindicatos ao governo foi duramente criticado e, em seu lugar nasceu o “novo sindicalismo”, do ABC paulista, com capacidade de mobilização suficiente para inserir em sua pauta de discussão a democratização dos sindicatos e da sociedade (SINGER, BRANT, 1983; SADER, 1998).

Na década de 1990 há uma transubstanciação dos “centros de assessoria” em ONGs e, agora, submetidas a uma outra lógica de relação: priorizam trabalhos em “parceria” com o Estado e/ou empresas; proclamam-se “cidadãs”; exaltam o fato de atuarem sem fins lucrativos.

Desenvolvendo um perfil de “filantropia empresarial” mantêm relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital, como é o caso das Fundações *Ford*, *Rockfeller*, *Kellogg*, *MacArthur*, entre outras. Diferentemente dos “centros de assessoria” da década de 1970, a ênfase não seria (é) mais a formação política, mas o “desenvolvimento auto-sustentável”. As palavras de ordem dos anos 1970, que nortearam a atuação dos movimentos populares, como “educação popular”, “autonomia”, “auto-organização”, “independência”, “direitos humanos”, etc. foram substituídas por “ecologia”, “democratização”, “diversidade cultural”, “geração de renda”, “gênero”, “direitos de cidadania”, etc.

As ONGs cresciam na medida em que os movimentos sociais perdiam sua força mobilizadora e adotavam uma política “integradora” (diferente da contestadora dos anos 1970), através de “parcerias” com o poder público que, “na maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados enquanto avalista dos recursos econômico-monetários” (GOHN, 1997a, p.297).

Inicialmente, tais mudanças implicaram uma imediata diminuição do emprego formal, com a redução de filiações e poder de mobilização dos sindicatos; direcionamento das políticas econômicas para as atividades na economia informal; favorecimento da abertura de negócios com custos reduzidos para contratação de mão-de-obra não filiada a sindicatos e sem direitos trabalhistas; desenvolvimento da idéia de uma “economia comunitária”, que encontrará nas ONGs um terreno fértil para sua disseminação (GOHN, 1997b).

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. O neoliberalismo educacional mitigado numa década de governação social-democrata. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 10, nº2, pp. 103-137, 1997.

_____. *Políticas Educativas e Avaliação Educacional*. Braga: Universidade do Minho, 1998.

Agência Carta Maior www.cartamaior.uol.com.br. Consultado em 30/03/2007.

Comissão Pastoral da Terra. www.cptnac.com.br. Consultado em 30 /03/2007.

CORREIA, José Alberto. As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 12, nº 1, pp. 81-110, 1999.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.

GOHN, Maria da Gloria. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997a.

_____. *Sem Terra, ONGs, cidadania: a sociedade brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997b.

LEBARON, Frédéric; MOUGER, Gérard. *Aposta errada, monsieur Villepin. Le Monde Diplomatique*, abril de 2006,. www.diplo.uol.com.br. Acessado em 02/04/2007.

MARX, Karl. (s.d.). "O 18 Brumário de Louis Bonaparte". In: MARX, Karl & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. v. 1. São Paulo, Alfa-Omega.

RAMONET, Ignacio. *Tortura: a Europa cúmplice. Le Monde Diplomatique*, março de 2007, Editorial. www.diplo.uol.com.br. Acessado em 02/04/2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SINGER, P.; BRANT, V. (Orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.